

CARTA DE BRASÍLIA

Pesca artesanal em defesa de uma nova política para a pesca no Brasil

Por diversas razões, a pesca artesanal é mundialmente reconhecida como uma atividade essencial para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam alcançados. Dentre esses objetivos destacamos a nossa contribuição no combate à fome e na segurança alimentar de bilhões de pessoas no planeta; o nosso papel fundamental na geração de trabalho e renda, sobretudo nas comunidades mais isoladas; a nossa luta pela conservação dos rios, lagoas, lagunas, salgados, estuários e oceano, resultado de uma relação única que temos com o meio ambiente, com a natureza e com o território ao qual pertencemos; o papel por nós desempenhado na preservação de culturas e modos de vida ancestrais, de suma importância ao ser humano, porém cada vez mais sufocados pelo dito “desenvolvimento”.

Nós, pescadores e pescadoras artesanais, vivemos nos mais diversos ambientes e biomas marinhos e continentais. Nossa diversidade sociocultural é composta por povos originários e povos e comunidades tradicionais de quilombolas, caiçaras, extrativistas costeiros marinhos, pescadores e pescadoras artesanais. Historicamente, temos lutado por nossos direitos pautando, dentre eles, a proteção dos nossos territórios e a inclusão socioambiental como promotora de trabalho, renda e segurança alimentar.

Diante da forte preocupação mundial em combater o aquecimento global e reduzir o desmatamento no Brasil, destacamos o papel da pesca artesanal na proteção da região amazônica onde está concentrada a maior faixa contínua de floresta de Manguezais do planeta, sendo esta responsável pelo sequestro de carbono assim como produtora de alimentos naturais e saudáveis.

Apesar de tamanha importância, a pesca artesanal no Brasil vem sendo historicamente negligenciada pelo Estado brasileiro. Prevalece em nosso país um cenário de conflitos crescentes pelo uso dos territórios e dos recursos pesqueiros tradicionalmente utilizados pela pesca artesanal, conflitos estes que se agravam a cada dia em decorrência da falta de espaços formais para que possamos debater os problemas e encaminhar soluções junto ao Poder Público.

É inaceitável o cenário de absoluta insegurança jurídica e de instabilidade institucional, que prejudica centenas de milhares de pescadores e pescadoras que têm na pesca artesanal seu modo de vida. É igualmente inaceitável a existência de brechas em nossas políticas públicas – em especial na própria atual Lei da Pesca - que permitem a perpetuação de um modelo de exclusão e marginalização das mulheres pescadoras e de nossos jovens. Nos preocupa o futuro da pesca dada a crescente escassez de pescado em nossos rios, mares e estuários, resultado dos mais variados impactos, decorrentes de uma legislação falha.

Diante deste cenário, recentemente agregamos às nossas lutas a busca por uma nova política pesqueira para o Brasil. Nosso objetivo é apresentar ao Estado e à sociedade uma proposta que vise garantir direitos para que jovens, mulheres e homens que tenham na pesca artesanal seu modo de vida possam acessar as políticas públicas voltadas para a pesca, como também políticas previdenciárias, de saúde, de educação, etc.

Pautados por um espírito de coletividade e colaboração, conduzimos entre agosto de 2022 e janeiro de 2023 um total de onze oficinas que contaram com a participação de 150 lideranças da pesca artesanal, dos mais variados grupos, entidades e movimentos de todas as regiões do Brasil.

Por 320 horas, discutimos pontos centrais para a construção de uma nova política pesqueira nacional, buscando corrigir parte dos problemas urgentes que assolam nossos pescadores, pescadoras, territórios e maretórios.

Neste contexto, convocamos a classe política e a sociedade civil para que se somem nesta luta por uma nova política pesqueira. Sua sensibilidade e apoio político serão fundamentais para que esta proposta avance com a celeridade necessária para que em breve tenhamos uma nova realidade para a pesca artesanal Brasil.

Brasília, 26 de janeiro de 2023